

15/05/97

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA N. 22677-3 - PARAÍBA

RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
IMPETRANTE: DESTILARIA MIRIRI S/A  
ADVOGADO : OSCAR DIAS CORRÊA  
IMPETRADO : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**EMENTA:** - Desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária.

Regular notificação para a vistoria, a cujo resultado não se podem sobrepor os dados constantes de guia de lançamento do Imposto Territorial Rural.

Motivo de força maior não demonstrado (§ 7º do art. 6º da Lei nº 8.629-93).

Projeto de exploração agrícola, que não satisfaz os requisitos do art. 7º, e seus incisos, da lei citada.

Mandado de segurança indeferido, com ressalva das vias ordinárias.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão Plenária, na conformidade da Ata de julgamento e das notas Taquigráficas, por unanimidade de votos, indeferir o pedido, com ressalva das vias ordinárias, cassando a medida liminar concedida.

Brasília, 15 de maio de 1997.

CELSO DE MELLO

Presidente

*Octavio Gallotti*

OCTAVIO GALLOTTI

Relator

/amn/



14/05/97

PLENÁRIO

**MANDADO DE SEGURANÇA N. 22677-3 - PARAÍBA**

IMPETRANTE: DESTILARIA MIRIRI S/A  
IMPETRADO : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**R E L A T Ó R I O**

O SENHOR MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI: - Trata-se de mandado de segurança impetrado contra decreto presidencial de 18 de outubro de 1996, que declarou de interesse social, para fins de reforma agrária, a "Fazenda Boa Vista", situada no Município de Sapé-PB, e adquirida pela impetrante em julho de 1991, quando se achava arrendada a terceiro, pela antiga proprietária.

Narra a requerente vir travando, desde então, verdadeira batalha judicial para rescindir o contrato e imitir-se na posse do imóvel, havendo, mais recentemente, notificado o arrendatário da intenção de passar a explorar diretamente a área dada a proximidade do termo final do arrendamento (término da safra de 1996/7), dando início, em consequência, à implantação de projeto agrícola de fundação de 710 hectares de cana de açúcar encaminhado, em novembro de 1994, ao Ministério da Integração Regional (fls. 91), providência hábil, por si só, para afastar a incidência da desapropriação, de acordo com o art. 7º da Lei nº 8.629-93.

Viu-se, entretanto, surpreendida, em 31 de maio de 1996, com a notificação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, para a realização de vistoria, que argüi ser

*O. Gallotti*

inspirada em nenhuma outra causa, salvo o propósito de assentar "sem termos cadastrados", por se haver revelado insuficiente a tal objetivo espaço contíguo, anteriormente desapropriado.

Permaneceu o imóvel cadastrado como "empresa rural" de 1993 a 1996, até que unilateralmente desclassificado pelo INCRA a despeito de haver sido pago o ITR, já em 1996, na condição de "grande propriedade produtiva" (guia de fls. 116).

Seria, então, o imóvel insuscetível de desapropriação, na forma do art. 185, II, da Constituição, ainda mais quando constante, da notificação de lançamento do imposto para os exercícios de 1994 a 1996, o grau de utilização da terra de 84,9%, superior ao exigido pelo § 1º do art. 6º da Lei nº 8.629-93, que não passa de 80%.

Considera, nesse ponto, a impetrante, que, não constando das notificações o "grau de eficiência na exploração da terra", também estipulado no citado § 1º do art. 6º (100%), mas sendo o imóvel até então classificado como "empresa rural", "cabia ao órgão convocar a impetrante para a comprovação de que essa eficiência caíra, para que pudesse tomar providências junto ao arrendatário, caso se verificasse o fato, que, aliás, não se verificou" (fls. 11).

Com vistas ao permissivo contido no art. 6º, § 7º, da Lei nº 8.629-93, alude, ainda, às adversidades climáticas sofridas pela região nordestina (regime pluviométrico insuficiente), tudo de modo a poder arrematar: *de galotti.*

"26. O mais grave, contudo, é que não só se acena com a desapropriação, como já se anuncia uma prévia e ilegal imissão de posse antecipada, em favor do INCRA, para tentar o fato consumado, que inviabilizasse, de vez, a defesa da Impetrante, o que esta Corte, por certo, não permitirá.

VII - O PEDIDO

27 - Para isso, data venia, é essencial que esta Corte, liminarmente, assegure o direito da Impetrante ao devido processo legal, consubstanciado na Constituição, no art. 185, na Lei Complementar 76/93, e na Lei 8629/93, cientificada dos fundamentos da desclassificação abusiva, injusta, ilegal e inconstitucional da Fazenda "Boa Vista", tradicionalmente empresa rural, e ainda neste ano de 1996 classificada como "grande propriedade produtiva".

28 - E como se pretende, segundo se anuncia, na localidade, a imissão de posse das terras ao INCRA, para imediato assentamento de sem-terra, em prejuízo, por certo, dos empregados que, na Fazenda, há dezenas de anos, trabalham e produzem, e em prejuízo das atividades agro-pastoris-industriais que a Impetrante realiza, com cerca de 4.500 empregos diretos e R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) de investimentos ("dossier" fotográfico, doc. 18)."

(fls. 14/5) *Legalotti.*

Deferido o requerimento de medida liminar (fls. 153), vieram as informações e documentos de fls. 240/87, que, no tocante à desclassificação do imóvel, principiam por esclarecer:

"... A proprietária teve conhecimento da desclassificação ocorrida em junho de 1996. Tanto isso é certo que em 01.08.96 requereu cópia do Laudo de Levantamento de Dados e Informações, o que foi atendido (doc. n° X).

Em 15.08.96, apresentou recurso administrativo, subscrito pela sua Diretora Administrativa, IVANILDA CAVALCANTI DE MORAIS e indeferido pela Autarquia. O indeferimento foi comunicado por meio do Ofício/INCRA/SR-18/N° 390/96, dirigido à subscritora da peça recursal (docs. n°s XI/XIV)." (fls. 247)

A respeito da existência de projeto agrícola, acrescentam:

"Demais disso, a simples existência de Projeto não é suficiente para isentar o imóvel rural da desapropriação. Importa, antes de mais nada, sua consonância com o artigo 7° da Lei n° 8629/93, ou seja, somente é insuscetível de desapropriação o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico elaborado por profissional legalmente habilitado e identificado; esteja cumprindo o cronograma físico-financeiro originalmente previsto, não admitidas

prorrogações dos prazos; haja sido registrado no órgão competente no mínimo 06 (seis) meses antes do decreto declaratório de interesse social, somente podendo ser prorrogado os prazos desde que o projeto receba anualmente à aprovação do órgão competente para fiscalização e tenha sua implantação iniciada no prazo de 06 (seis) meses contados de sua aprovação.

Ora, como consta da inicial, o projeto não teve sua implantação sequer iniciada, razão pela qual despiciendo mencionar o necessário cumprimento do cronograma físico-financeiro. Não foi registrado no órgão competente do Ministério da Agricultura seis meses antes da edição do decreto expropriatório.

Vê-se, assim, que as boas intenções da impetrante de explorar racionalmente e adequadamente o imóvel, dando a ele a função social exigida na Constituição Federal, sempre estiveram no papel, não sendo suficientes para imunizar a "Fazenda Boa Vista" da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária." (fls. 248/9)

Quanto à produtividade da terra, dizem as informações:

"No presente caso, em junho/96, foi levado a efeito na "Fazenda Boa Vista" o levantamento de dados e informações, constando-se ser o imóvel, em tela, totalmente

improdutivo, além de não vir atendendo sua função social. Tais dados foram obtidos "in loco" e retratam a real situação da propriedade.

O imóvel, em consequência, foi classificado como grande propriedade improdutiva, posto que apresentou GUT de 53,89% e GEE de 76%, aquém dos percentuais estipulados na Lei nº 8629/93 (doc. nº XV)." (fls. 253)

.....

"Procura, ainda, a impetrante, confundir os eméritos julgadores desse Supremo Tribunal Federal, ao mencionar as guias de notificação de ITR. Os dados aí constantes, foram baseados em informações fornecidas pelo contribuinte, conforme o art. 15 da Lei nº 8.847/94, que dispõe sobre o ITR. O procedimento para fins tributários encontra-se disciplinado nos artigos 8 e 10 do Decreto nº 84.685/80 que regulamenta a Lei nº 6.746/79.

Vê-se, portanto, que a Receita Federal, a quem compete lançar o ITR, não tem competência legal, para calcular GUT e GEE para fins de classificação de imóveis rurais e sim, tão somente para utilização dos mesmos como parâmetros para cálculo do tributo. Sua atuação limita-se ao recebimento das declarações unilaterais dos proprietários, lançando o ITR com base nelas." (fls. 253/4)

*Longobetti.*

Às fls. 331/3, após descreve a controvérsia, opina o eminente Professor GERALDO BRINDEIRO, Procurador-Geral da República, pela denegação da ordem, ante os seguintes fundamentos:

“11. Primeiramente, cumpre assentar que a questão de ser o imóvel rural em apreço produtivo ou não, e daí decorrer a possibilidade ou a vedação à sua desapropriação para fins de reforma agrária, é insuscetível de ser discutida em sede de mandado de segurança, o qual não admite dilação probatória para caracterização de fatos que não se demonstrem inconcussos na impetração. Nesse sentido já decidiu esse colendo Supremo Tribunal Federal por diversas vezes, pelo que, neste ponto, não há como deferir-se o presente writ, forte no que restou decidido em vários casos semelhantes (v.g. MS nº 20.430-RJ, MS nº 22.022-ES, MS nº 20.618-DF, MS nº 20.622-DF, MS nº 91.828-SP, MS nº 21.982-SP, MS nº 21.597-RJ).

12. Sustenta a impetrante, em síntese, que no procedimento expropriatório administrativo, levado a cabo para culminar na edição do decreto presidencial atacado, não teria sido observado o princípio constitucional do contraditório, sob o argumento de que não teria se manifestado em relação à desclassificação de seu imóvel para improdutivo.

13. Tal argumentação, no entanto, é de todo impertinente para fundamentar a alegada inobservância ao



direito constitucional de contraditório, uma vez que, conforme anotado pelo INCRA e pela União, a impetrante, notificada da vistoria realizada em seu imóvel e cientificada da desclassificação para improdutivo, dessa decisão interpôs recurso administrativo em 15 de agosto de 1996, a que nominou defesa administrativa ao Laudo de Vistoria Preliminar (fls. 213/216).

14. A documentação acostada pelo INCRA a fls. 195, 196, 211, 212, 213/216 demonstra de maneira inequívoca que efetivamente foi observado, na espécie, o procedimento de expropriação a que alude a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Com efeito, a notificação prévia prevista no artigo 2, § 2º daquele diploma normativo se materializou com o encaminhamento do Ofício INCRA/SR-18/G/nº 230/96 (fls. 195); os trabalhos de vistoria foram realizados na propriedade da impetrante tendo em conta a necessidade de se verificar, entre outras coisas, a classificação do imóvel (fls. 196); em 12 de julho de 1996 foi lavrado o laudo de vistoria respectivo (fls. 197/208), que deu pela classificação do imóvel em propriedade improdutiva, conclusão devidamente comunicada ao proprietário (fls. 211), o qual, por sua vez, apresentou recurso administrativo (fls. 213/216), que restou indeferido pelo INCRA (fls. 219). Como se vê, não houve inobservância ao

*Levy Albtz*

princípio do contraditório e, por conseguinte, não se há falar em nulidade do decreto presidencial declaratório.

15. Por outro lado o alegado óbice à desapropriação do imóvel da impetrante, sob o argumento de que haveria projeto técnico de implantação de cultura de cana-de-açúcar nas terras que compõem sua propriedade não merece guarida. É que tal óbice somente pode ser alegado caso haja **comprovação** de o imóvel desapropriando **esteja sendo** objeto de implantação de projeto técnico que atenda aos requisitos previstos no artigo 7º e seus incisos da Lei nº 8.629/93 o que, evidentemente, não socorre a impetrante, já que, como bem acentuou a autoridade a fls. 174, "o projeto não teve sua implantação sequer iniciada, razão pela qual despiciendo mencionar o necessário cumprimento do cronograma físico-financeiro".

Sucedde, também neste ponto, a ausência de direito líquido e certo a embasar a pretensão da impetrante.

16. Ante todas essas circunstâncias, considerando a impropriedade da via eleita para discussão de tema concernente ao grau de produtividade do imóvel e bem assim a ausência de direito líquido e certo a embasar a pretensão da impetrante, manifesta-se o Ministério Público Federal pelo indeferimento do writ, ressaltando as vias ordinárias para discussão do alegado direito." (fls. 331/3)

É o Relatório. *Levy Albtz*.

V O T O

O SENHOR MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI (Relator): - Como se viu, consistem, os fundamentos precípuos do mandado de segurança, na crítica à desclassificação, dita unilateral, sofrida pelo imóvel, bem como na alegação da existência de projeto de exploração agrícola.

Quanto ao primeiro fundamento, recorde que foi, a ora impetrante, regularmente notificada, em 31 de maio de 1996, da realização da vistoria (e nem afirma o contrário), de cujo resultado teve efetiva ciência, tanto que, havendo requerido cópia do laudo respectivo em 1º de agosto de 1996, opôs-lhe, no dia 15 seguinte, "defesa administrativa" (fls. 213/6), indeferida pela autarquia, antes da expedição do decreto expropriatório (cfr. comunicação expedida em 4-9-96, fls. 272/3).

Foi, assim, plenamente cumprida (e até excedida) a formalidade de prévia notificação para ingresso da propriedade, exigida pelo § 2º do art. 2º da Lei nº 8629-93, não mais podendo prevalecer, sobre a realidade verificada no laudo de vistoria e levantamento de dados, simples presunção decorrente da classificação constante de pretérita emissão de guia (em 9-2-96), para recolhimento de tributo.

O mesmo se diga a respeito da taxa de utilização expressa nas notificações de lançamento do ITR (fls. 114/6), expedidas pela Secretaria da Receita Federal (84,9%), que não se

podem, logicamente, sobrepor ao resultado da vistoria local (53,89%, fls. 179 e 210).

Quanto ao grau de eficiência, não se faz prova alguma capaz de ilidir o índice apurado na vistoria (76%, fls. 179 e 210), sem mostrar-se razoável a pretensão, expressa na inicial, de que coubesse ao INCRA a obrigação de acompanhar e mensurar permanentemente, a atividade dos produtores rurais, emitindo advertências a respeito de eventual decesso do grau de eficiência da exploração agrícola, para que venham a remediá-lo.

Também o motivo de força maior (deficiência pluviométrica), invocado na inicial, com base no § 7º do art. 6º da Lei nº 8.629-93, não é objeto de demonstração pela impetrante, afirmando, ao revés, o texto da comunicação do INCRA, de indeferimento do recurso administrativo, que a estação chuvosa nos anos de 1994/1995, na região de localização do imóvel, foi considerada normal, não lhe sendo, portanto, aplicáveis os benefícios estabelecidos no § 7º do art. 6º da Lei nº 8.629-93 (fls. 219).

Passo, assim, ao exame do fundamento consistente da existência de projeto de exploração agrícola.

Como bem esclarecido nas informações e ressaltado pelo nobre órgão do Ministério Público Federal, não satisfaz, o mencionado projeto, nem minimamente, as condições de tempestivo registro e de efetividade, postas no art. 7º, e seus incisos, da Lei nº 8.269-93. Não foi, sequer, iniciada, a execução do projeto.

Ante o exposto, e acolhendo o parecer, indefiro o pedido, com ressalva de utilização das vias ordinárias e cassada a medida liminar. *Levy Alkotti*.

/amn/

14/05/1997

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA N. 22.677-3 PARAÍBA

V O T O

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Sr. Presidente, o tema foi perfeitamente apreciado pelo eminente Relator. Analisou, não só o procedimento desclassificatório, quanto à seqüência dos atos (desde a notificação até o indeferimento), como, também, demonstrou, em relação ao projeto técnico, a necessidade de prova.

Diz o inciso II do art. 7º da Lei 8.629/93:

*"Art. 7º. Não será passível de desapropriação, para fins de reforma agrária, o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico que atenda aos seguintes requisitos:"*

Assim, a existência do projeto técnico, elaborado por profissional legalmente habilitado e identificado, é provada através de documentos. No entanto, mesmo que se demonstre o registro no órgão, há necessidade de uma prova de fato, qual seja:

*"II - esteja cumprindo o cronograma físico-financeiro originalmente previsto, não admitidas prorrogações dos prazos;"*

Portanto, é matéria exclusivamente fora do âmbito do mandado de segurança.

Acompanho o Sr. Ministro-Relator pelos seus fundamentos.

14/05/97

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA N. 22677-3 PARAIBA

VOTO

O SR. MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA - Sr. Presidente, quer me parecer que, no caso, não se pode, realmente, afastar a existência de aspectos relativos à matéria probatória, porque, com relação à desclassificação do tipo de utilização da propriedade, restou provado que a empresa rural não exerce atividade exploratória no sentido da produtividade.

Li o memorial do eminente Advogado Oscar Dias Corrêa e senti que havia um fundamento sério com relação ao projeto técnico aprovado. Mas, de acordo com o voto do eminente Relator, esse projeto, na verdade, não chegou a ser implantado; não chegou, sequer, a ser iniciado.

Vejo que, para atender à súplica constante da impetração, ter-se-ia como cumprido o art. 7º da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe:

"Art. 7º Não será passível de desapropriação, para fins de reforma agrária, o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico que atenda aos seguintes requisitos:

I - seja elaborado por profissional legalmente habilitado e identificado;





II - esteja cumprindo o cronograma físico-financeiro originalmente previsto, não admitidas prorrogações dos prazos;

IV - haja sido registrado no órgão competente no mínimo 6(seis) meses antes do decreto declaratório de interesse social.

Parágrafo único. Os prazos previstos no inciso III deste artigo poderão ser prorrogados em até 50% (cinquenta por cento), desde que o projeto receba, anualmente, a aprovação do órgão competente para fiscalização e tenha sua implantação iniciada no prazo de 6(seis) meses, contado de sua aprovação."

Quer dizer, não se cumpriu, pelo que se vê, as exigências contidas no mecanismo dessa lei. Na verdade, há benfeitorias no imóvel, como restou provado, mas o Ministro-Relator ressalva as vias ordinárias.

Diante desse contexto e por envolver matéria que se torna impossível de ser examinada no âmbito do mandado de segurança, acompanho o nobre Relator, para também indeferir a impetração.



14/05/97

PLENÁRIO


MANDADO DE SEGURANÇA N. 22677-3 PARAIBA

## V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, também entendo que não fica obstaculizada à Impetrante a discussão sobre os pressupostos básicos da desapropriação por reforma agrária.

Segundo o disposto no artigo 2º, § 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, pressupõe-se a vistoria "com prévia notificação", e essa notificação para ingresso no imóvel foi realizada. Alega-se, na hipótese, que não teria sido observado, no processo administrativo de vistoria e de conclusões a respeito do enquadramento do imóvel na lei citada, o devido processo. Acontece que a Lei nº 8.629/93 não prevê uma tramitação própria para esse processo de vistoria, mesmo porque o decreto formalizado pelo Presidente da República apenas autoriza, a teor do § 2º do artigo 5º da lei em comento, a propositura da ação de desapropriação, em cujo bojo dar-se-á oportunidade de o proprietário demonstrar, a meu ver, a ausência de enquadramento do imóvel nos ditames legais.

O mandado de segurança, voltado a fulminar o decreto presidencial, pressupõe, em si, uma prova constituída, ab initio, com a impetração.



MS 22.677-3 PB

Não chego a asseverar - porque estaria mesmo adiantando entendimento sobre controvérsia concernente à ação de desapropriação - que a propriedade não é produtiva, ou que o projeto em implantação deixou de atender à norma do artigo 7º da lei de regência. Apenas consigno que não temos elementos probatórios suficientes para concluir pela ilegalidade do decreto presidencial, que enquadrrou a propriedade como de interesse social, objetivando a desapropriação.

Em última análise, fica aberta a discussão dessas matérias - como ressaltado, inclusive, pelo Ministro Ilmar Galvão - no âmbito pertinente, que é o revelado pela ação de desapropriação, a ser proposta pela União Federal.

Acompanho o Ministro-Relator e, portanto, indefiro a segurança.

É o meu voto.

\*\*\*\*\*



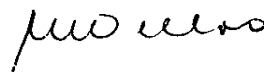
14/05/97

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA N. 22.677-3 PARAIBAV O T O

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Sr. Presidente, ao que ouvi e apreendi, houve o procedimento administrativo regular com a notificação prévia e a realização da vistoria. Desta resultou que a propriedade não é produtiva, com base em dois elementos. Sustenta-se que ela deixou de sê-lo em razão da seca, mas o INCRA contesta, afirmando que as chuvas foram, para a região, normais. Tem-se, portanto, que se quer discutir, aqui, provas e fatos que estão controvertidos na área administrativa. Assim, não há falar em direito líquido e certo, dado que, repito, os fatos não são incontroversos.

Com essas breves considerações e também registrando a notável sustentação oral do nosso eminente mestre, o Advogado e Professor Oscar Corrêa, meu voto acompanha o do Ministro-Relator.



14/05/97

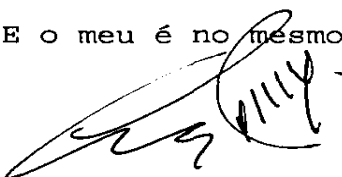
PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA N. 22.677-3PARAÍBAV O T O**O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES: -**

Sr. Presidente, em alguns acórdãos deste Tribunal tem-se dito que a notificação prevista na lei, embora, em princípio, vise apenas a prevenir o proprietário de que o INCRA pretende realizar a vistoria e precisa de sua autorização para ingressar na propriedade, por outro lado, propicia ao proprietário oportunidade para, acompanhando a vistoria, demonstrar até, no âmbito administrativo, que a conclusão do INCRA não é correta. Não é disso que se queixa a impetrante, no caso, pois foi intimada e recorreu depois de ultimado o laudo, isto é, não deixou de intervir no procedimento administrativo. De maneira que a primeira alegação não me parece procedente.

Quanto à segunda, há sempre grande dificuldade em se reconhecer a liquidez e certeza do direito do impetrante do mandado de segurança, quando há controvérsia sobre a produtividade, ou não, de uma área a ser expropriada.

Em tais circunstâncias, o Tribunal tem sempre indeferido o mandado de segurança e ressalvado a via própria para a ampla defesa do impetrante. Assim todos os votos concluíram até aqui. E o meu é no mesmo sentido.



14/05/1997

TRIBUNAL PLENO

**MANDADO DE SEGURANÇA****Nº. 22.677-3****-****PARAÍBA**

**RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI**  
**IMPETRANTE: DESTILARIA MIRIRI S/A**  
**ADVOGADO: OSCAR DIAS CORRÊA**  
**IMPETRADO: PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

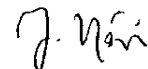
**V I S T A**

**O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA** - Sr. Presidente. São múltiplos os feitos dessa natureza que a Corte tem sido chamada a examinar. Basicamente, a questão trazida ao Tribunal concerne, na maioria desses mandados de segurança, à inocorrência da regular notificação para que o desapropriando acompanhe a vistoria a ser realizada pelo INCRA e apresente sua defesa.

No caso concreto, parece que esse aspecto não é objeto de discussão. Houve a notificação prévia e a apresentação do relatório do INCRA; dele tomou conhecimento a exproprianda, que apresentou sua refutação aos termos deste relatório, e, antes do decreto declaratório de interesse social para fins de reforma agrária, houve a decisão administrativa, afastando essa defesa, essa impugnação às conclusões do relatório, o que, assim, tornaria, no que concerne ao art. 2º e seu § 2º, devidamente atendida a prescrição legal.

A questão concernente à produtividade e à situação do imóvel, em termos de aproveitamento, diz, precisamente, com o elemento posto dentro desse relatório e já objeto de exame no âmbito administrativo. Instaurou-se um contencioso sobre fatos e aqui não seria possível deslindá-lo.

O outro aspecto que também teria relevo - que concerne ao art. 7º, da Lei 8.629, de 1993 - é sobre a existência de um projeto



técnico de utilização, de melhoria, portanto, de aproveitamento dessas terras. Aqui, em realidade, há dois fatos a serem confrontados: de um lado, a antigüidade da apresentação desse projeto que, como se noticia nos autos, é de fins de 1994; de outro, a sua efetiva implantação após a aprovação pelo órgão competente.

Penso que essa matéria teria idoneidade para ser apreciada em mandado de segurança. Se se comprovar que há um projeto técnico atendendo aos pressupostos da lei, apresentado com o espaço de tempo suficiente e que não mereceu consideração pela Administração, o proprietário tem, no caso, o direito a não ver desapropriado o imóvel antes de resolvida essa questão.

No caso concreto, ao que observei da informação do ilustre advogado, estaria sendo implantado esse projeto, o que faz pressupor sua prévia aprovação. Mas fiquei com dúvida se, efetivamente, esse projeto mereceu aprovação em toda a sua extensão.

**O SENHOR MINISTRO OCTÁVIO GALLOTTI (RELATOR)** - Não está provado; além disso o imóvel está arrendado. A própria inicial diz: "a impetrante vem travando uma luta judicial para se imitar na posse desse imóvel". Realmente é difícil presumir-se que, antes disso, tivesse podido ver aprovado e iniciado o projeto.

**O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA** - O projeto foi apresentado em 1994 e o decreto de desapropriação é de 1996. Será que, nesse espaço de tempo, a Administração não logrou condições de examinar e pronunciar-se sobre ele?

A matéria é, realmente, delicada no que concerne ao seu exame em mandado de segurança; não creio, porém, que a via seja inteiramente inadequada, a não ser que se comprove o disposto no

citado art. 7º, que prevê uma das hipóteses de exclusão de imunidade à desapropriação para reforma agrária, desde que o imóvel esteja em tais condições.

Há, de outra parte, uma questão que me parece também muito importante: diversas fazendas dessa mesma empresa - segundo o ilustre advogado destacou da tribuna - estão sendo objeto de desapropriação, uma a uma. Há, nesses imóveis, um número considerável de famílias instaladas.

O princípio da razoabilidade, em termos de desapropriação, não é suscetível de invocação? Pode a autoridade desapropriar todas as propriedades de uma empresa que venha explorando, inclusive tendo famílias ali morando e trabalhando - no caso, há cerca de duzentos empregados e vinte e sete casas de alvenaria localizadas nesse terreno -, quando há um plano de implantação de reforma? Essa matéria ainda não foi considerada na Corte.

Para melhor exame desse ponto, que ainda não foi objeto de consideração, e embora parecendo que a maioria do Tribunal já esteja constituída, peço vista dos autos.



**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

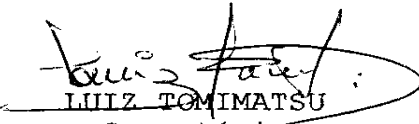
**MANDADO DE SEGURANÇA N. 22677-3**

PROCED. : PARAIBA  
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
IMPTE. : DESTILARIA MIRIRI S/A  
ADV. : OSCAR DIAS CORRÊA  
IMPDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decisão** : Depois dos votos dos Ministros Octavio Gallotti (Relator), Nelson Jobim, Mauricio Corrêa, Ilmar Galvão, Marco Aurélio, Carlos Velloso e Sydney Sanches, que indeferiam o pedido, com ressalva das vias ordinárias, cassando a medida liminar concedida, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista dos autos formulado pelo Ministro Néri da Silveira. Falou pela impetrante o Dr. Oscar Dias Corrêa. Ausente, justificadamente, o Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente. Plenário, 14.05.97.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello, Vice-Presidente. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro.

  
LUIZ TOMIMATSU  
Secretário

15/05/1997

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA

Nº. 22.677-3

-

PARAÍBA

**V O T O**  
(VISTA)

**O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA:** - Destilaria Miriri S.A. adquiriu, em 1991, em leilão, a Fazenda "Boa Vista", situada no Município de Sapé, Paraíba, com área de 1.165.000 ha, estando arrendada pela ex-proprietária Caiena Cia. Agro Industrial Santa Helena, sediada em Sapé, com contrato cujo prazo de vigência é o encerramento da safra 1996/1997.

Segundo a inicial, visou explorar diretamente o imóvel e, conseqüentemente, iniciar a implantação de um Projeto Agrícola de fundação de 710 ha de cana-de-açúcar, encaminhado ao órgão competente em 21.11.1994.

Está na inicial às fls. 6:

"O Projeto foi elaborado dentro do que determinam as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), visando, além do legítimo interesse empresarial, à geração de empregos e divisas para o Estado, bem como suprir, em parte, a necessidade de matéria prima para a Impetrante (doc. 8), além de integrar Programa de Diversificação da Produção Industrial, instituído pela Portaria MIR nº 644, de 26/10/1994, encaminhadas ao Órgão em 21/11/94 (docs. 9 e 10)."

Dá-se que, em maio de 1996, iniciou o INCRA processo administrativo preparatório de procedimento expropriatório do imóvel, para fins de reforma agrária.

*J. Neri*

No ponto, não sucede dúvida, quanto à ocorrência de prévia notificação da impetrante ao processo de vistoria previsto na Lei nº 8629/1993. Sobreveio relatório referente à vistoria. Das conclusões, tomando conhecimento a impetrante, apresentou súplica de reconsideração, não acolhida.

A decisão administrativa, na espécie, que é de 30.8.1996, está assim deduzida (fls. 217/218):

"O imóvel Boa Vista foi objeto de Vistoria para obtenção de dados e informações, objetivando definir sua classificação.

2. Através de pesquisas realizadas no cadastro, constatou-se que o imóvel encontrava-se cadastrado sob o nº 211.095.011.410-7, classificado como **GRANDE PRODUTIVA**.

3. Concluída a Vistoria, com base nos dados levantados, foi promovida a Atualização Cadastral, "ex-officio", classificando o imóvel como **GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA**, com o GUT de 53,89% e GEE de 76,00%.

4. A exploração da área total do imóvel é desenvolvida pelos arrendatários, Empresa Riacho Fundo Agropecuária Ltda e pelo seu Diretor, **Sr. JOÃO HENRIQUE CAMINHA DE SOUSA**, que também é proprietário do imóvel vizinho, Santa Cruz/Gameleira.

5. Com relação aos aspectos questionados pela requerente, os mesmos não merecem acolhida, tendo em vista o abaixo relatado:

1. O levantamento realizado no imóvel Boa Vista está de acordo com a Instrução INCRA/nº 08/93, ou seja, os dados refletem as condições de uso do imóvel no ano civil de 1995 (item 2.2.1 Instrução nº 08). Quanto a alegação de que as áreas plantadas com cana-de-açúcar e pastagem teriam sofrido redução em consequência do longo período de estiagem na região, não procede, haja vista que a estação chuvosa nos anos de 1994/1995 na referida região foi considerada normal.

2. Nos quantitativos estimados para produção das culturas foi levado em

consideração o estado fitossanitário dos mesmos. Ressaltando-se ainda que no caso específico da cana-de-açúcar a maioria absoluta da área plantada com esta cultura correspondente a cana de 2ª, 3ª e até 6ª folha, cujos rendimentos, a partir da 4ª folha, são economicamente desprezíveis.

3. Quanto aos animais, não há como considerar aqueles que não apresentam qualquer registro ou marca (ferro) do pressuposto dono. Os demais, como constam no Laudo de vistoria, não integram o rebanho que o arrendatário mantém na Fazenda Boa Vista.

4. Isto posto, opinamos pelo indeferimento do pedido de reconsideração para reclassificação do imóvel, comunicando em seguida a decisão à requerente."

No relatório da vistoria, conclui-se, às fls. 208:

**"9.1 - CÁLCULO DE CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL:**

Com base nos cálculos efetuados pelo Grupamento de Cadastro Rural, desta Superintendência (cópia anexa), os resultados obtidos no tocante a classificação do imóvel foram os seguintes: Grau de Eficiência na Exploração - GEE = 76%, Grau de Utilização da Terra - GUT = 53,89%, caracterizando-se desta forma, com base na Instrução INCRA/Nº 08/93, como Grande Improdutiva."

Impressionou, na assentada de ontem, quando se iniciou o julgamento do mandado de segurança, o fundamento da impetração, com base no art. 7º, da Lei nº 8629/1993, que dispõe:

"Art. 7º - Não será passível de desapropriação para fins de reforma agrária o imóvel que comprovar estar sendo objeto de implantação de projeto técnico que atenda aos seguintes requisitos:

I - seja elaborado por profissional legalmente habilitado e identificado;

*J. Mm*

**MANDADO DE SEGURANÇA****Nº. 22.677-3****-****PARAÍBA**

II - esteja cumprindo o cronograma físico-financeiro originalmente previsto, não admitidas prorrogações de prazos.

III - preveja que no mínimo 80% (oitenta por cento) da área total aproveitável do imóvel esteja efetivamente utilizada em, no máximo, 3 (três) anos, para as culturas animais e 5 (cinco) anos para as culturas permanentes;

IV - haja sido registrado no órgão competente no mínimo 6 (seis) meses antes do decreto declaratório de interesse social..."

Exame dos autos, entretanto, não obstante o tempo decorrido entre a apresentação do projeto referido - em novembro de 1994 -, e a data do aforamento do mandado de segurança, não conduz à conclusão, sequer, de encontrar-se aprovado o projeto técnico aludido na inicial.

Nas informações, quanto ao ponto, esclarece-se, às fls. 248/249:

"Alega a impetrante, no item 8 de inicial, que, uma vez na posse do imóvel, pretendia iniciar a implantação de um projeto agrícola de fundação de setecentos e dez hectares de cana-de-açúcar. No item 9, conclui que todas essas providências adotadas demonstram o interesse da impetrante no maior aproveitamento racional e adequado das terras. Em suas próprias declarações, verifica-se o reconhecimento de que a exploração do imóvel estava aquém do necessário para isentá-lo da desapropriação para fins de reforma agrária e que, somente após obter a posse, providenciaria o melhor aproveitamento da propriedade.

Demais disso, a simples existência de Projeto não é suficiente para isentar o imóvel rural da desapropriação. Importa, antes de mais nada, sua consonância com o artigo 7º, da Lei nº 8629/93, ou seja, somente é insuscetível de desapropriação o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico elaborado por profissional legalmente habilitado e identificado; esteja cumprindo o cronograma físico-financeiro

originalmente previsto, não admitidas prorrogações dos prazos; haja sido registrado no órgão competente no mínimo 06 (seis) meses antes do decreto declaratório de interesse social, somente podendo ser prorrogados os prazos desde que o projeto receba anualmente a aprovação do órgão competente para fiscalização e tenha sua implantação iniciada no prazo de 06 (seis) meses contados de sua aprovação.

Ora, como consta da inicial, o projeto não teve sua implantação sequer iniciada, razão pela qual despidendo mencionar o necessário cumprimento do cronograma físico-financeiro. Não foi registrado no órgão competente do Ministério da Agricultura seis meses antes da edição do decreto expropriatório.

Vê-se, assim, que as boas intenções da impetrante de explorar racionalmente e adequadamente o imóvel, dando a ele a função social exigida na Constituição Federal, sempre estiveram no papel, não sendo suficientes para imunizar a "Fazenda Boa Vista" da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária."

Além disso, as informações explicitam que "cento e vinte famílias encontram-se na área, de onde haviam sido enxotadas uma semana antes, sendo o saldo da violência de 25 trabalhadores espancados e a prisão preventiva do reendeiro, de seus filhos e de um policial militar decretada pela Juíza da Vara Agrária e do Meio Ambiente" (fls. 249).

Desse modo, não seria sequer, desde logo, de identificar, no procedimento expropriatório, ato sem causa, quanto aos objetivos da reforma agrária. Quanto à desclassificação do imóvel aos efeitos da reforma agrária, a matéria foi objeto da vistoria, cujos resultados foram, inclusive, impugnados pela expropriante. Não cabe, em mandado de segurança, discutir a procedência, ou não, das conclusões de natureza técnica, eis que se revela o contencioso sobre fatos e provas, tornados, assim, ilíquidos e não suscetíveis, pois, de desate no âmbito do presente processo sumário.

7. N.º

Não sendo de acolher, também sem exame aprofundado de fatos e provas, o fundamento da existência e execução do projeto de exploração do imóvel, aprovado pelo órgão competente, ainda, neste ponto, o mandado de segurança se apresenta, nesses limites, como via inadequada.

Seguindo quanto aos demais aspectos examinados o voto do Relator, também o acompanhamento, para indeferir o **writ**, ressalvadas as vias ordinárias.

*J. N. M.*

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**MANDADO DE SEGURANÇA N. 22677-3**

PROCED. : PARAIBA  
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
IMPTE. : DESTILARIA MIRIRI S/A  
ADV. : OSCAR DIAS CORRÊA  
IMPDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decisão** : Depois dos votos dos Ministros Octavio Gallotti (Relator), Nelson Jobim, Maurício Corrêa, Ilmar Galvão, Marco Aurélio, Carlos Velloso e Sydney Sanches, que indeferiam o pedido, com ressalva das vias ordinárias, cassando a medida liminar concedida, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista dos autos formulado pelo Ministro Néri da Silveira. Falou pela impetrante o Dr. Oscar Dias Corrêa. Ausente, justificadamente, o Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente. Plenário, 14.05.97

**Decisão** : O Tribunal, por votação unânime, indeferiu o pedido, com ressalva das vias ordinárias, cassando a medida liminar concedida. Votou o Presidente. Ausente, justificadamente, o Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente. Plenário, 15.05.97.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello, Vice-Presidente. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro.

  
Luiz Tomimatsu  
Secretário